

VACINAÇÃO E SAÚDE COLETIVA: DAS BOAS PRÁTICAS AO PACTO PELA VIDA

VACCINATION AND COLLECTIVE HEALTH: FROM BEST PRACTICES TO THE PACT FOR LIFE

Felipe Augusto Matsuura Paiva¹; Edna Joana Cláudio Manrique^{1,2}; Onésia Cristina de Oliveira Lima³

¹Programa de Residência Multiprofissional em Saúde - Infectologia / Hospital Estadual de Doenças Tropicais (HDT) / Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (LACEN-GO) / Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (SES-GO), Goiás, Brasil.

²Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (LACEN-GO) / Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (SES-GO). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, Brasil.

³Departamento de Saúde Funcional, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, Brasil.

Recebido em: 02-03-2026

Publicado em: 08-10-2026

Autor correspondente

Felipe Augusto Matsuura Paiva

Endereço: Rua S 2 nº 59, Edifício Marina Del Rey, Setor Bela Vista, CEP: 35501-170, Goiânia, GO, Brasil.

Email: matsuurafelipe@gmail.com

Telefone: (62)98585-4670

Caro Editor,

Em 2025, o Brasil lançou uma ampla Campanha Nacional de Multivacinação para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade com o propósito de

retomar a cobertura vacinal, após anos consecutivos em que as metas vacinais não foram atingidas deixando milhões de crianças vulneráveis a doenças imunopreveníveis. No mesmo ano, dados

oficiais mostraram que dentre as vacinas do Programa Nacional de Imunizações apenas a BCG, com cobertura de 99,01%, hepatite B 99,25% e rotavírus 90,49% atingiram a meta de cobertura vacinal ótima preconizada pelo Ministério da Saúde de 90%, 95% e 90% respectivamente, evidenciando desafios persistentes na proteção infantil¹. Entendemos, portanto, que esse seja um momento oportuno para ampliar a reflexão no que se refere à conscientização sobre a importância da vacinação como uma boa prática de saúde pautada em evidências científicas e que este seja um efetivo meio de comunicação para veicular informações concernentes a esse assunto.

Ao longo da história, a humanidade tem sido desafiada por doenças infecciosas transmissíveis que marcaram gerações, causaram milhões de mortes e deixaram cicatrizes profundas na memória coletiva, a exemplo da epidemia da Varíola no século XX e, mais recentemente, da Covid-19^{2,3,4}. A resposta mais eficaz, comprovada e segura que a ciência oferece à sociedade para enfrentar essas ameaças já foi identificada: trata-se da vacinação. As vacinas apresentam o potencial de erradicar doenças, controlar surtos, epidemias e pandemias protegendo vidas e a saúde coletiva em escala global.

Entretanto, apesar da evidente importância da vacinação para a saúde pública, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, a cobertura mundial de imunização infantil estagnou em 2023, deixando 2,7 milhões de crianças com doses insuficientes ou não vacinadas, em comparação com os níveis pré-pandêmicos em 2019⁵.

No contexto brasileiro, o cenário atual acende um alerta sobre a cobertura vacinal, especialmente em relação às vacinas do calendário infantil. Dados do Ministério da Saúde demonstram que mesmo em um cenário caracterizado como “Avanço na cobertura Vacinal”, vacinas como a destinada a prevenir a poliomielite e a tríplice bacteriana infantil (DTP)1º reforço atingiram em 2025 apenas 87,89% e 84,30% de coberturas respectivamente. Em um cenário ainda mais preocupante, a tríplice viral – 2ª dose apresentou cobertura equivalente a apenas 78,10%¹. Esses dados epidemiológicos sinalizam para o risco de reintrodução de doenças já consideradas eliminadas ou controladas, como poliomielite, sarampo e difteria. A sensação de segurança proporcionada pelo controle dessas doenças, aliada à propagação de notícias falsas (*fake news*) que superestimam efeitos colaterais produzidos pelas vacinas ou apontam

para efeitos colaterais inexistentes, tem levado muitos pais a negligenciarem um direito fundamental de seus filhos: o direito à saúde e à proteção por meio da vacinação. O estudo de Castelfranchi e colaboradores (2023) aponta para esse fato, ao observar que, dentre uma amostra composta por 2069 participantes com 16 anos ou mais, metade concordou que “as vacinas produzem efeitos colaterais e que são um risco à saúde”⁸.

A experiência profissional, atuando no período pós-pandemia de Covid-19 em uma Unidade de Saúde especializada em infectologia, de destaque em âmbito nacional, permitiu presenciar o que dados epidemiológicos apontavam: uma elevação nas taxas de internações por doenças que previamente estavam controladas, tais como coqueluche, sarampo, hepatite A e meningite. Nesse cenário de atuação, foi marcante a experiência de acompanhar o desfecho clínico de uma criança hospitalizada por meningite pneumocócica, uma doença prevenível com vacinação, evoluindo com sérias complicações neurológicas como instalação de comprometimentos auditivos, visuais e motores irreversíveis. Nesse caso específico, a ausência da vacinação foi evidenciada pela análise do cartão vacinal, em que se constatou hesitação em vacinar por parte da

família, fundamentada no receio de eventos adversos, motivado por informações inverídicas em redes sociais (*fake news*). Situações como essa refletem, de forma preocupante, a privação do direito à imunização em pacientes pediátricos, incapazes de exercer autonomia decisória, configurando um cenário crítico que impacta negativamente na cobertura vacinal e proteção coletiva.

O desenvolvimento tecnológico na área de imunobiológicos é fruto de décadas de pesquisa e mobilização social, culminando na estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) como provedor de vacinas seguras e eficazes de forma gratuita. Portanto, desperdiçar esse avanço, além de desprezar décadas de conquistas da ciência, da saúde e do campo social, implica em uma opção consciente de não se proteger individualmente, não proteger aquele sob sua responsabilidade e não proteger a coletividade.

Fechar as lacunas de imunização ao público adulto e infantil requer um esforço por parte de várias vertentes a fim de garantir que este cuidado em saúde seja fortalecido. Com este propósito, algumas iniciativas foram tomadas nos últimos anos. Com objetivo de elevar as coberturas vacinais, em 2021, foi instituído o projeto “Pela Reconquista

das Altas Coberturas Vacinais (PRCV)” pela Fundação Oswaldo Cruz por intermédio do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos e em parceria com a Sociedade Brasileira de Imunizações e o Programa Nacional de Imunização. Em 2022, o Conselho Nacional de Saúde lançou a campanha “Vacina Mais”, com objetivo de ampliar o acesso à informação sobre imunização. Em 2023, o Ministério da Saúde lançou o Movimento Nacional pela Vacinação, a fim de recuperar as altas taxas de cobertura vacinal. Esses projetos representam esforços que resultaram em um considerável aumento nas taxas de cobertura vacinal nos anos de 2022 e 2023⁹. De fato, ao se comparar dados referentes à cobertura vacinal no Brasil, observou-se que em 2023 dentre os 16 imunizantes que integram o Programa Nacional de Imunização 13 apresentaram recuperação quando comparados com os dados de 2022¹⁰. Em continuidade às ações para aumento da cobertura vacinal, em 2024 foi implementado pelo Ministério da Saúde o “Monitoramento da Estratégia de Vacinação (MEV)”, instrumento estratégico para avaliar e aprimorar a execução das ações de vacinação nos municípios brasileiros. Paralelamente, o Ministério da Saúde intensificou o enfrentamento à desinformação por meio do projeto

“Saúde com Ciência”, iniciativa interministerial voltada à análise e refutação de conteúdos enganosos sobre imunizantes, associadas à hesitação vacinal e à redução das coberturas, sobretudo no público infantil¹¹.

Entretanto, mesmo diante de várias iniciativas aqui referenciadas, os dados epidemiológicos referentes ao ano de 2025 apontam para o fato de que metas estipuladas ainda não foram plenamente atingidas para muitos imunobiológicos, sendo real o risco do retorno de doenças como a Poliomielite, a qual já havia sido eliminada no Brasil^{1,10}. Neste contexto, permanece latente a necessidade de que se intensifiquem os esforços, já iniciados, para restituição de plenas coberturas vacinais. Lideranças políticas, profissionais de saúde, pais ou responsáveis por crianças e adolescentes e cada indivíduo da sociedade devem estar unidos na missão de se proteger, proteger as crianças, famílias e comunidade. A história nos mostra, de forma inequívoca, que onde há vacina, há vida, há esperança e há futuro.

Palavras-chaves: Vacinação; hesitação em vacinar; Saúde pública

Keywords: Vaccination; Vaccine hesitancy; Public health

Referências

1. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cobertura vacinal – residência: painel de dados do Calendário Nacional de Vacinação.** Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/S EIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDAR IO_NACIONAL_COBERTURA_RESIDENCI A/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALEN DARIO_NACIONAL_COBERTURA_RESID ENCIA.html
2. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde lança campanha nacional de vacinação para proteção de crianças e adolescentes de até 15 anos de idade** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2025 [citado em 15 fev. 2026]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/minist erio-da-saude-lanca-campanha-nacional-de-vacinacao-para-protecao-de-criancas-e-adolescentes-de-ate-15-anos-de-idade>
3. VIGEZZI GP, VECCHIO R, BARBATI C, BONAZZA G, MAZZARELLO P, ODONE A. **Historical analysis of the first smallpox vaccination campaigns in early 19-century northern Italy: organization and communication insights for contemporary epidemics' prevention and control.** *Vaccine*. 2025;49:126764.
4. GANDHI M. **COVID-19 vaccination saved lives and this matters in 2025.** *JAMA Health Forum*. 2025;6(7):e252237.
5. MALDEN DE, LIU IA, QIAN L, SY LS, LEWIN BJ, ASAMURA DT, ET AL. **Post-COVID conditions following COVID-19 vaccination: a retrospective matched cohort study of patients with SARS-CoV-2 infection.** *Nature Communications*. 2024;15:4101.
6. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Níveis mundiais de imunização estagnaram em 2023** [Internet]. Washington (DC): OPAS; 2024 [citado em 15 fev. 2026]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/15-7-2024-niveis-mundiais-imunizacao-estagnaram-em-2023-deixando-muitas-criancas>.
7. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cobertura vacinal no Brasil: análise histórica e panorama atual.** Brasília: Ministério da Saúde; 2024.
8. CASTELFRANCHI Y, MENDES IM, FAGUNDES V, MASSARANI L, MOREIRA IC, POLINO C. **As vacinas no Brasil da pandemia: um estudo de percepção pública.** *Ciência & Saúde Coletiva*. 2025;30(4):1-13.
9. PIZANI DSA, DEARO MAF, PEREIRA AFO. **Queda da cobertura vacinal no Brasil: causas, consequências e estratégias de enfrentamento.** *Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia*. 2025;9(2):216-226.
10. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cobertura de 13 das 16 vacinas do calendário infantil apresentou alta em 2023** [Internet]. 2024 [citado 2026 abr 11]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/cobertura -de-13-das-16-vacinas-do-calendario-infantil-apresentou-alta-em-2023>.
11. FERNANDES EG, PERCIO J, ARAÚJO ACM, CARMO GMI, VICTER TNF, HOTT CE, ET AL. **Avanços na recuperação das coberturas vacinais no Brasil: estratégias e desafios para 2025.** *SciELO Preprints*. 2024 [citado 2026 abr 29]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11001>
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Governo do Brasil intensifica vacinação**

**nas escolas públicas e busca alcançar
27 milhões de estudantes** [Internet].

Brasília: Ministério da Saúde; 2026 [citado
2026 abr 29]. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/abril/governo-do-brasil-intensifica-vacinacao-nas-escolas-publicas-e-busca-alcancar-27-milhoes-de-estudantes>